

MUTIRÃO GUERREIRO CONQUISTA DEMARCAÇÃO APINAYÉ

Mas os índios prometem lutar pela área do Gameleira

Acabou saindo a demarcação oficial, com um decreto presidencial reconhecendo uma área de 142 mil ha como território Apinayé (Dec. n.º 90.960, de 14.02.85). Custou muita luta aos 340 Apinayé, que contaram com o apoio decisivo de mais 140 índios de outros povos, na passagem do ano de 84 para 85, num mutirão guerreiro disposto a efetuar a auto-demarcação.

Todo o episódio foi marcado por uma tensão aguda e o "final feliz" divulgado pela verdadeira cadeia nacional de TV e jornais que transmitiu diariamente os lances da disputa, não corresponde inteiramente aos interesses dos Apinayé. A luta deve continuar.

Mas "o caso Apinayé" — envolvendo índios de outros povos, vindos de Goiás, Maranhão, PIX e outras áreas do Mato Grosso e até do Nordeste — acabou se constituindo num caso inédito e numa experiência muito rica para a história recente do movimento indígena, comparável, até então, à chamada "guerra do Xingú", no primeiro semestre de 84 (ver a respeito no capítulo "Parque Indígena do Xingú", deste ACONTECEU, o noticiário completo do episódio).

Plano de alianças

A ligação entre os dois movimentos começou em abril de 84. Uma delegação de Apinayé, pela primeira vez, desembarcou na rodoviária do Rio de Janeiro, para solicitar à CVRD que pressionasse a FUNAI a tomar alguma providência no sentido da demarcação de suas terras, incluídas na área de influência do "Projeto Ferro-Carajás".

Ali, os Apinayé puderam acompanhar diariamente os lances da "guerra do Xingú" pela televisão e sentir o impacto e a eficácia das pressões dos Txukarramãe (Metuktire) sobre as autoridades e a opinião pública do país. Ao mesmo tempo, embora as redes de TV se dispusessem a gravar entrevistas, a pressão Apinayé não encontrava espaço nos telejornais.

De volta para casa, ao norte de Goiás, a liderança Apinayé passou a incrementar um plano de alianças com outros povos, já em curso há algum tempo e planejar o mutirão pela auto-demarcação.

Os Txukarramãe foram considerados aliados essenciais, pela experiência de luta, por falarem a mesma língua que os Apinayé e pela tradição de relacionamento entre si, antes mesmo dos primeiros contatos com as frentes pioneiras da sociedade nacional.

Antecedentes do litígio

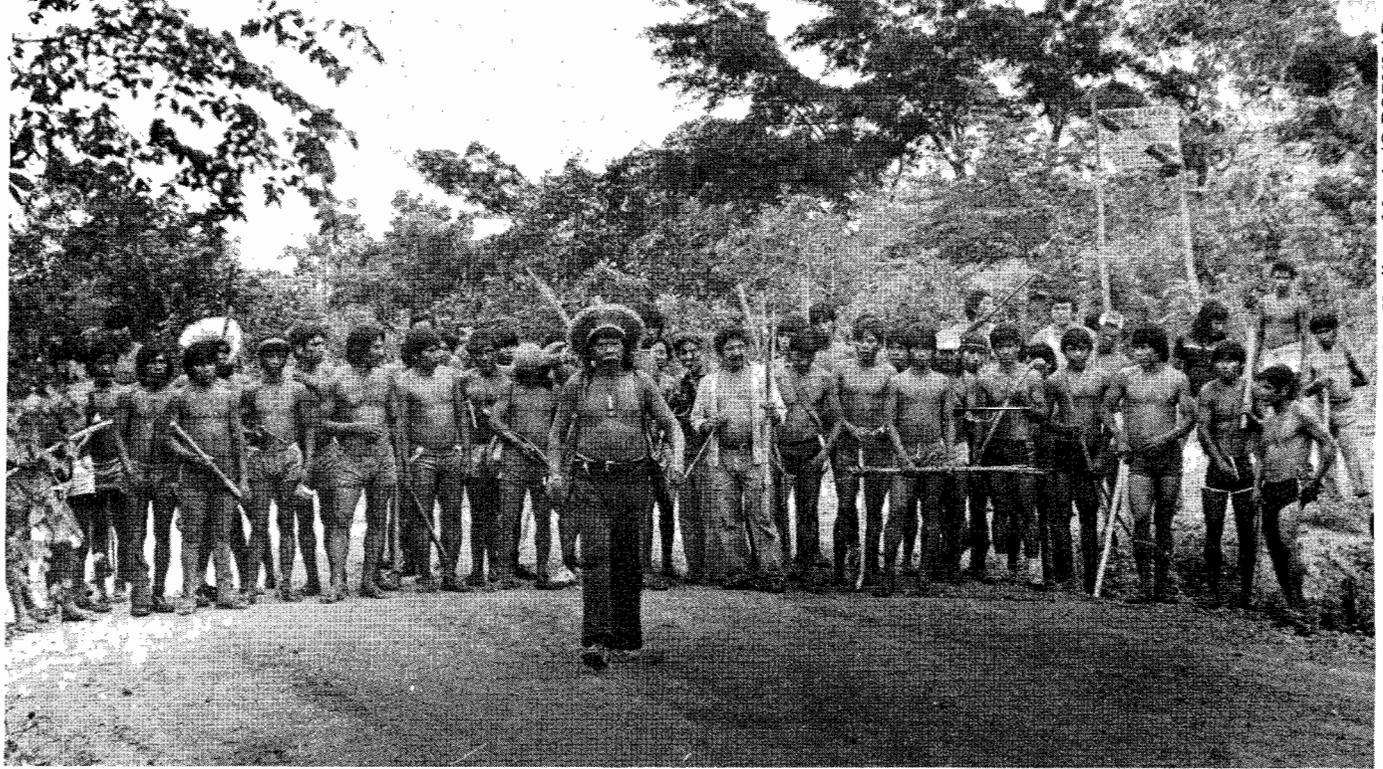
Nos últimos anos, os Apinayé buscaram apoio na FUNAI, e suas reclamações foram encaminhadas por delegados indígenas e seus aliados não-índios, que percorreram pacientemente todas as vias pacíficas.

O litígio da área Apinayé, de fato, se arrasta há muito tempo: ficou famoso entre os índios o capitão José Dias Mátuk que, em 1926, saiu a pé até o Rio de Janeiro, para pedir providências ao governo. Já no tempo da Funai, fora iniciada em 1979 a demarcação de uma área de 85 mil ha, que satisfazia aos Apinayé da aldeia de Mariazinha, porque englobava toda a sua área tradicional, mas excluía as antigas aldeias do Cocalinho e áreas vitais para os Apinayé da aldeia de São José, que embargaram a demarcação.

Os Apinayé pediam mais terra, enquanto os políticos de Tocantinópolis queriam a redução da reserva para 25 mil ha. Diante do impasse, a Funai fez uma nova eleição de área em 1980, propondo 101 mil ha, para "conciliar" os interesses de índios e brancos. A nova proposta, que não satisfazia os Apinayé de São José e muito menos, é claro, ao pessoal de Tocantinópolis, ficou na gaveta.

A questão voltou à tona com a assinatura do convênio CVRD/FUNAI, em meados de 82: os grupos indígenas dentro da área de influência do Projeto Ferro-Carajás, entre eles os Apinayé, deveriam ter suas áreas demarcadas.

(*) texto elaborado por Vincent Carelli, com base em entrevista concedida pelos antropólogos Gilberto Azanha (CTI/FUNAI) e Maria Elisa Ladeira (CTI/CVRD).



Em abril de 83, a FUNAI encaminhou ao GETAT a proposta dos 101 mil ha. Em julho, a CVRD enviou à FUNAI a proposta dos Apinayé, elaborada com a assessoria da antropóloga Maria Eliza Ladeira (consultora da Vale), com 148 mil ha. Mas a FUNAI, presidida na época por Otávio Ferreira Lima, desconsiderou-a. O GETAT sequer havia se pronunciado oficialmente a respeito dos 101 mil. À inércia dos órgãos governamentais se somou a mobilização dos políticos e fazendeiros de Tocantinópolis, que organizaram passeatas, empunhando faixas contra a FUNAI e a CVRD. Encaminharam abaixo-assinados a vários Ministérios e disseminaram um clima de terror na região, com boatos sobre o "iminente ataque dos índios" a Tocantinópolis e fazendas vizinhas.

O início da auto-demarcação

Os Apinayé, por sua vez, juntamente com outros povos sob jurisdição da AJARINA — Krahô, Xerente e Karajá — se vêm às voltas com problemas internos da FUNAI: eles reivindicam a demissão de vários funcionários da Ajudância, além da resolução dos litígios de suas terras e do território Xerente.

Até que, em dezembro de 83, mais de 300 índios desses quatro povos ocuparam a AJARINA por 20 dias, sem conseguir a menor concessão da FUNAI. No auge da sua frustração, os índios se deslocaram para a área Apinayé e iniciaram as picadas de demarcação, por conta própria.

Sabendo que a iniciativa dos índios resultaria numa reação imediata da população exaltada de Tocantinópolis, um capitão da PM e agentes da PF negociaram uma trégua com os índios, que só foi aceita mediante uma promessa do presidente da FUNAI, por telefone, de iniciar imediatamente um levantamento fundiário e a demarcação em março de 84. O levantamento foi feito, mesmo assim de acordo com a proposta dos 101 mil, mas a demarcação não. Foram registrados 488 ocupantes, que deveriam receber 200 milhões de indenização, para serem reassentados. Destes ocupantes, é importante ressaltar, 312 se encontravam no interior da menor área já cogitada para os Apinayé, os 85 mil ha da FUNAI (1979).

Enquanto a demarcação não vem, o GETAT inicia o cadastramento e a medição de lotes para os ocupantes, dentro do perímetro dos 148 mil ha e a invasão da área, ao longo da Transamazônica, se acelera.

Acuados de todos os lados, os Apinayé, cujos líderes já haviam regressado do Rio sem qualquer sucesso, precisavam conseguir ao menos o apoio da FUNAI. Logo depois do final da "guerra do Xingú", o sertanista da FUNAI Cláudio Romero propiciou a visita de Raoni, Kremoro, Krumare e mais três velhos Txukarramãe à aldeia Apinayé de São José, que trazem sua mensagem de solidariedade e alerta: é preciso lutar, porque se não lutar, a FUNAI não demarca!

Mais uma vez contaram também com a solidariedade dos Krahô, Xerente e Karajá, interessados na demissão de funcionários da AJARINA. Em meados de maio invadiram a Ajudância, em Araguaina e, desta vez, acabam se valendo da política de "abertura" do novo presidente da FUNAI, Jurandy da Fonseca e conseguem as demissões pretendidas.

Resolvido o impasse da AJARINA, os índios se deslocaram para Tocantinópolis e interromperam a Transamazônica por três dias. O presidente da FUNAI cede mais uma vez às pressões e autoriza, finalmente, que o levantamento fundiário se estenda à área dos 148 mil ha. Esta decisão altera profundamente a relação dos Apinayé com seu território. Depois de muito tempo, eles voltam a percorrê-lo integralmente, sem receios e tratando de impedir que regionais continuassem a extrair madeiras e outros recursos.

O levantamento fundiário acusa a presença de mais 153 ocupantes, na área acrescida, além de apontar que vários ocupantes agiram de má-fé, por terem invadido a área dos 85 mil ha depois de 1979. O valor total, corrigido, das indenizações chega a 650 milhões de cruzeiros, quantia que a CVRD põe à disposição da FUNAI para a resolução do caso.

Fazendeiros e pistoleiros
bloqueados pela PM,
na Transamazônica.

fotos Hélio Nunes/O POPULAR



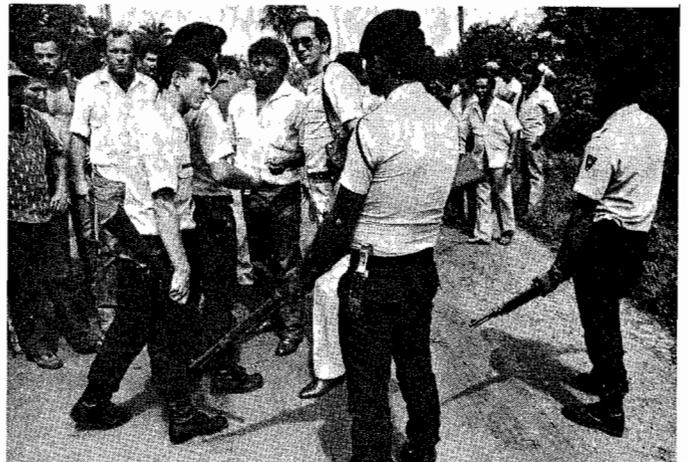
Empossado na chefia da AJARINA, o antropólogo Gilberto Azanha presta todo o apoio aos Apinayé. Designa para a chefia do Posto da aldeia São José o funcionário Erivelson, o único servidor local da FUNAI que defendia o direito dos índios sobre a área do Cocalinho, reocupada agora por 13 famílias Apinayé. Ao mesmo tempo, Azanha consegue da FUNAI a assinatura de uma portaria que reconhecia a área dos 148 mil ha como área indígena, permitindo a realização de um levantamento topográfico, apesar da proposta não ter o reconhecimento oficial do GETAT ou do Grupão Interministerial. Com isso, os Apinayé abriram algumas picadas e colocaram placas nos limites reivindicados.

A partir daí começou o confronto acirrado. Os fazendeiros derrubaram as placas a tiros. Os índios repunham as placas que eram arrancadas por regionais, incentivados pelo clima de mobilização em Tocantinópolis. Os índios tornavam a repôr as placas e montar guarda para que não fossem retiradas.

No meio tempo, o fazendeiro João de Deus e vários pistoleiros invadiram a aldeia do Cocalinho e expulsaram as famílias que lá estavam. Dias depois, o chefe de posto da FUNAI e o capitão Francisco são surpreendidos e surrados em plena praça de Tocantinópolis.

Convocação dos vizinhos

Humilhações e derrotas como estas fizeram os Apinayé compreender que sozinhos não seriam vitoriosos jamais. Resolveram, então, buscar apoio de grupos vizinhos. Uma comissão composta por Maria Barbosa, líder do Cocalinho, o capitão Sotero e mais 4 Apinayé passaram uma semana entre os Krahô e voltaram com mais de 40 deles. Alguns dias depois, outra delegação sai em busca de apoio dos Xerente, que enviam 35 dos seus (aos quais se somaria outro tanto, somando 70 no auge do conflito, mais tarde). Na última semana de 1984, nova comitiva Apinayé vai aos Kanela de Porquinhos, estender a convocação.



Sabendo que a CVRD havia destinado recursos financeiros para a demarcação, os Apinayé prometiam aos seus vizinhos convidados para o mutirão demarcatório inclusive uma remuneração pelo trabalho, coincidindo com o período do ano em que os jovens dessas aldeias normalmente saem à procura de trabalho remunerado nas fazendas vizinhas.

As adesões foram numerosas e já na primeira semana de janeiro de 85, os Krahô e Xerente começam a abrir picada. Nessa altura um contingente especial da PM já se encontrava em Tocantinópolis.

Enquanto isso, uma nova comitiva, composta pelo capitão Francisco e três velhos Apinayé saiu para o Xingú, convidar os Txukarramãe. Na volta, via Brasília e já trazendo consigo Raoni e vários velhos Txukarramãe (além de dois Krenakore e um Trumai), encontraram aquela concentração de índios na capital, mobilizados pelos indigenistas para protestar contra o decreto autorizando a mineração em áreas indígenas, assinado pelo presidente Figueiredo.

Com a sustação do decreto dois dias após sua assinatura, os Apinayé se aproveitam da mobilização e lançam seu convite

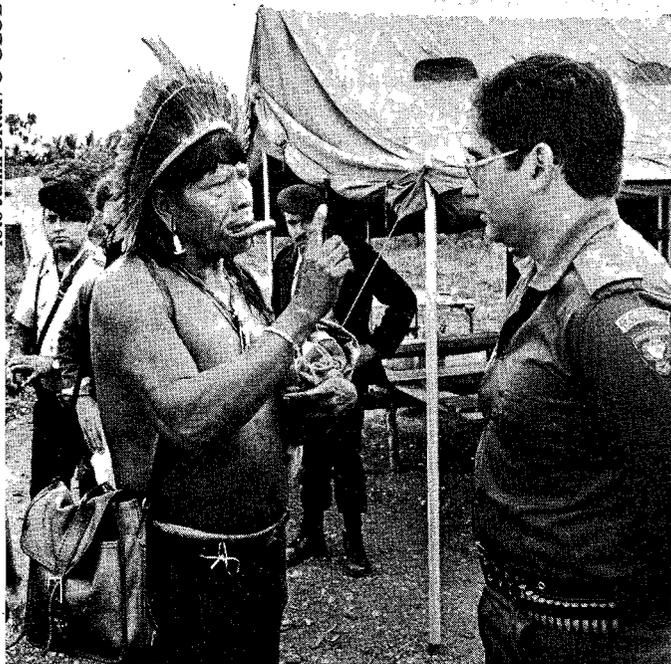
Maria Barbosa, líder do Cocalinho (à direita). Os índios vão à picada, enquanto Raoni (abaixo) visita o acampamento da PM, na Transamazônica.

foto Jamil Bittar/O GLOBO



foto Hélio Nunes/O POPULAR

foto Jamil Bittar/O GLOBO



a todos os índios reunidos em Brasília. Há uma forte pressão interna na FUNAI para conter a saída de índios para a área Apinayé. Mesmo assim, quando um caminhão saiu para Tocantinópolis, a comitiva Apinayé estava acrescida dos convidados do Xingú e mais 7 Xavante, 3 Fulniô e 2 Tuxá.

Organização da empreitada

Ao chegarem à aldeia São José, juntaram-se aos demais convidados, somando os 140 já mencionados e passaram a organizar a empreitada.

Os índios que vieram do Xingú ocuparam logo as instalações do posto da FUNAI (cujos funcionários tiveram que se mudar para uma casa de palha), especialmente o rádio. Raoni passou a liderar o movimento, organizando as turmas e tarefas dos jovens e assumindo a função de porta-voz junto às autoridades.

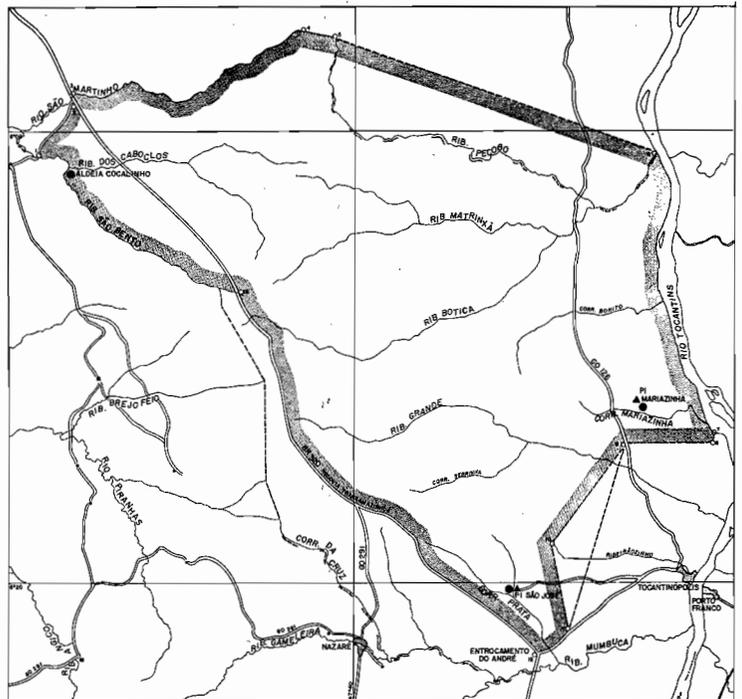
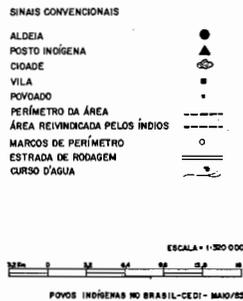
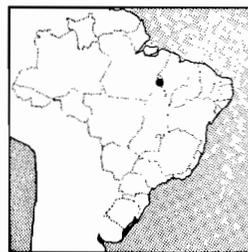
Os Krahô se arrancharam no grande barracão da escola e tomavam suas refeições na casa das mulheres do grupo de Maria Barbosa, em número de dez. Outras duas, do mesmo grupo, prestavam atendimento aos índios do Xingú.

Os Xerente, juntamente com as três famílias Apinayé com as quais três dos seus haviam contraído matrimônio no passado, construíram um grande barracão para abrigar a todos.

Começaram os trabalhos na abertura das picadas, inicialmente pelo lado da aldeia de Mariazinha, o que obrigava os índios da frente de trabalho passarem muito próximo de Tocantinópolis. Quando a mobilização para enfrentá-los cresceu na cidade, eles abandonaram essa picada e passaram a abrir uma outra, no extremo oposto da linha seca, próximo de São José. Os grupos armados iam na frente. Os Xerente eram o grupo de choque, o pessoal que realmente enfrentava a picada. Os Apinayé não iam, a não ser dois ou três rapazes; ficavam na guarda da aldeia. Os homens pegavam o serviço da picada às 7 da manhã e voltavam sempre às duas da tarde, como medida de precaução para não deixar a aldeia muito tempo desguarnecida. São José fica a 1 km da Transamazônica e apesar do acampamento da PM que se instalou entre a estrada e o acesso à aldeia, corria o boato que o pessoal de Tocantinópolis ia atacar a aldeia. À noite havia plantões contínuos de guarda.

Às 2 ou 3 da tarde os índios almoçavam e depois corriam com tora. No final da tarde, ouviam-se as notícias de Araguaína, Brasília e do Xingú na fonia, operada por Raoni. De vez em quando ele saía até a cidade, escoltado pela PM, para telefonar para Brasília.

Os Krahô deram nova vida ao pátio adormecido daquela aldeia e toda noite os cantadores botavam a mulherada Apinayé para cantar. Os velhos do Xingú passavam o dia fazendo bordunas e praticamente não saíam de casa. À noite eles gravavam os cantos e no dia seguinte, enquanto trabalhavam a madeira, escutavam e aprendiam as cantigas Krahô.



As negociações da FUNAI

Enquanto isso, lá fora, em Brasília, quem negociava com o Grupo eram somente o sr. Áureo Falieros, diretor do DPI, e o sr. Nelson Marabuto, presidente da Funai. Na primeira reunião, eles conseguiram a suspensão dos trabalhos da picada, marcando um sobrevôo sobre a área, com a FUNAI e o GETAT. Os índios faziam questão de participar do sobrevôo, mas não foi permitido.

No dia do sobrevôo, o presidente Marabuto, que estava presente, informou a seus funcionários que dificilmente o Grupo aceitaria até mesmo a alternativa de 130 mil ha, proposta pelos índios diante do imperativo do CSN de não abrir mão da Transamazônica como limite sudoeste da área.

Uma semana depois, no ápice do conflito e já tendo ocorrido o atentado contra um soldado da PM, os índios retomaram as picadas e interromperam a Transamazônica.

Comissão de índios vai à Brasília: os limites do “final feliz”

Nesse dia, Marabuto chegou sozinho na área, com um jornal na mão, dizendo que tinha saído o decreto: uma matéria do Jornal de Brasília se antecipava, anunciando que o governo já teria resolvido assinar o decreto com 130 mil ha. O presidente da FUNAI explicou que o Ministro do Interior queria um voto de confiança dos funcionários da Funai e que o decreto seria assinado alguns dias depois. O sertanista da FUNAI Cláudio Romero fez um discurso para comunicar a notícia aos índios, que resolveram tirar uma comissão que iria acompanhar o presidente até Brasília, para receber o decreto.

Mal sabiam eles que o decreto iria ainda ser negociado. Segundo o presidente da FUNAI o governador de Goiás, Iris Resende, é quem teria imposto a forma final da área. Num passe de mágica o governador transformou os 148 mil ha

dos índios em 142 mil, o que para o grande público que acompanhava o caso, significou o atendimento das reivindicações indígenas. Para os Apinajé isto significou a conquista da área do Cocalinho, além da incorporação, também ao norte, de 17 mil hectares de cerrado que eles não queriam e a perda ao sul das áreas do Gameleira e terras próximas de Tocantinópolis, que são as mais férteis da região.

Esta decisão atendeu aos políticos e fazendeiros de Tocantinópolis, além de contemplar a exigência do CSN de ter a Transamazônica como limite da reserva, já que um desvio está previsto na região do Cocalinho (ver mapa). Neste trecho, dois povoados de beira de estrada — o Veredão e o 75 — terão de ser reassentados.

A comissão de índios que foi a Brasília sem dúvida era representativa do movimento. Lá estavam Raoni, o capitão Francisco Apinajé, de São José, o capitão Sotero do Cocalinho, 3 capitães Krahô e 4 Xerenté. Mas não tinha delegação para negociar os limites da reserva.

Porém negociações houveram. Para os índios de fora, a tanto tempo longe de casa, a discussão de variantes no mapa não tinha muito sentido. Sotero foi atendido nas pretensões do Cocalinho e o capitão Francisco foi levado de roldão na euforia geral diante de uma solução eminente.

Assim que a comitiva retornou à aldeia, Francisco foi deposto pela comunidade. Os Krahô, que haviam chegado em dezembro, começaram a voltar para suas aldeias, mas os Xerente ainda permaneceram por mais uns quinze dias para prevenir a eventualidade de vingança, por parte de algum ocupante não-índio contrariado.

Os Apinajé resolveram não fazer o levantamento fundiário dos 17 mil hectares ao norte, que eles não queriam, mas continuar usando a área perdida do Gameleira, inclusive porque a roça do São José foi plantada lá esse ano. Antes de se dispersarem, ficou combinado entre os índios, que quando começasse a luta pela conquista da área do Gameleira, todos voltariam.